

REI

REVISTA DE EDUCAÇÃO DO IDEAU



Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai - IDEAU



REI

REVISTA DE EDUCAÇÃO DO IDEAU

Vol. 13 – Nº 27 – Janeiro – Julho 2018

Semestral

Artigo:

EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA: UM ESTUDO DE CASO

Autoras:

MARTINI, Liamara¹

COSTA, Gisele Maria Tonin da²

¹ Licenciada em Geografia pela Universidade Federal da Fronteira Sul Campus Erechim, Pós Graduanda em Educação Interdisciplinar/IDEAU Getúlio Vargas. lya_mr@hotmail.com

² Pedagoga, Especialista em Planejamento e Gestão da Educação, Mestre em Educação. Coordenadora do Curso de Pedagogia, professora de cursos graduação e pós-graduação da Faculdade IDEAU. gisele@centereletronica.com.br

EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA: UM ESTUDO DE CASO

RESUMO: O presente trabalho explana sobre o tema da educação especial inclusiva, destacando que a educação é um direito de todos, garantido por lei, e que é fundamental que os alunos se sintam parte integrante da construção e desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem. Como objetivos se estabeleceu discutir as principais leis, decretos e declarações que regem a educação inclusiva na gestão escolar e como ela acontece na prática. Metodologicamente o artigo se caracteriza por ser qualitativa, exploratória e descritiva discutindo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; a Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem Jomtien, 1990; Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica; Declaração de Salamanca e o Plano Nacional de Educação 2014 – 2024, além de englobar pesquisa *in loco* em uma escola de educação básica da rede municipal de ensino. Ao concluir o trabalho destaca-se que a educação especial inclusiva é um tema que precisa ser amplamente discutido e sua aplicabilidade requer da disponibilidade de recursos, infraestrutura, qualificação profissional e participação da comunidade escolar.

Palavras-chave: Educação especial; inclusão; desafios; estudo de caso.

ABSTRACT: The current work elaborate about the special inclusive education, emphasizing that the education it's a right secured by law and it's fundamental that the students feels that they're part of the construction and development of the learning process. It has been established that the discussion of the laws, decrees and declarations that rules the inclusive education in the school management and how it works in practice as main goals. Methodologically the article is characterized for discussing the Lei de Diretrizes e Aprendizagem by Jomtien, 1990; Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica; Declaração de Salamanca and the Plano Nacional de Educação 2014 – 2024 in a qualitative, exploratory and discribed way, including the research in the city school network. To conclude it's relevant to point out that the special inclusive education must be discussed and it's application requires the disponibility of resources, infrastructure, professional qualification and the participation of the community.

Keywords: special education; inclusion; challenges; case study.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Entende-se que a educação é um fator determinante para o desenvolvimento humano, e pra a construção de uma sociedade digna, portanto conforme estabelece a Constituição Federal Art. 205 “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, inclui-se neste contexto a educação especial inclusiva.

A educação especial inclusiva combate a ideia de que as diferenças individuais são motivos ou causas para discriminação, ela vem como uma medida supressora da exclusão e procura encontrar no sistema educacional flexibilidade e sensibilidade para aceitar os desafios.

Dito isto, a realização deste trabalho se justifica por ser uma necessidade de ampliar conhecimentos acerca do tema “Educação Especial Inclusiva”, sendo ele em fontes bibliográficas e em pesquisa de campo em ambiente escolar.

A educação inclusiva não é um assunto novo na literatura dos cursos de licenciatura, porém ainda pode ser considerada uma proposta nova no ambiente escolar, nesse sentido no decorrer do desenvolvimento deste trabalho será explanada a aplicabilidade da prática inclusiva e abordado os principais documentos da legislação que remetem a este tema.

A pesquisa está pautada em duas questões norteadoras: Como ocorre na prática, a educação especial inclusiva em uma escola de ensino fundamental da rede municipal de ensino? E quais são as principais leis, decretos e declarações que regem a educação inclusiva na gestão escolar?

Em síntese esta pesquisa tem como objetivo investigar a aplicabilidade da educação especial inclusiva em uma escola de ensino fundamental da rede municipal de ensino, aprofundando em seu contexto a concepção de educação inclusiva destacando os principais documentos que abordam esta temática e refletir sobre a importância do aprofundamento de conhecimentos acerca da educação inclusiva.

2 DESENVOLVIMENTO

A valorização e o respeito às diferenças dos alunos consiste na quebra de paradigmas e na prática da cidadania democrática, onde se elimine a política da exclusão e se implante a educação especial inclusiva.

2.1 Referencial Teórico

Elaborada pela UNESCO, e aprovada nos anos de 1990 a “Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem Jomtien” enfatiza que a educação tem pouco avançado devido á problemas vinculados ao setor econômico, da mesma maneira ressalta que a educação é um direito de todos e que se deve prezar pela sua melhor qualidade. Esta declaração em seu contexto traz que a educação é fundamental no desenvolvimento da população dos países, para tanto estabelece como principal meta a

proporcionalização de condições e oportunidades de educação que satisfaçam as necessidades básicas de aprendizagem para todos.

Dentre os documentos já elaborados que discutem o tema Educação a nível mundial, optou-se por destacar a declaração acima citada, apenas para ressaltar que todos tem direito á uma Educação onde são proporcionadas condições de desenvolvimento de aprendizagem, englobando assim quem possui necessidades especiais para aprender.

Abrangendo o território nacional destaca-se a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, (Lei de Diretrizes e Bases – LDB), que disciplina a educação escolar nas instituições próprias por meio do ensino. Conforme a LDB os princípios e fins da educação escolar, dispostos nos artigos 2º e 3º, são:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII – valorização do profissional da educação escolar;
- VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX – garantia de padrão de qualidade;
- X – valorização da experiência extraescolar;
- XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII – consideração com a diversidade étnico-racial. (LDB, 2015, p. 9-10)

A LDB estabelece que é dever do Estado garantir a educação básica obrigatória gratuita, dos 4 aos 17 anos, e ofertar aos jovens e adultos educação escolar regular, contemplando em todos os níveis de ensino uma educação de qualidade, oferecendo conforme o artigo 4º “III – atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino”. (LDB, 2015, p. 10)

No que abrange o Ensino Fundamental, etapa estudada para a realização do presente trabalho, a LDB em seu artigo 34º estipula que:

O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (2015, p. 23)

Referente ao Ensino Fundamental, a LDB também aponta que o ensino religioso é de matrícula facultativa respeitando as diversidades culturais existentes no país, e que esta modalidade de ensino terá quatro horas de jornada de trabalho escolar podendo ser ampliada caso necessário.

A Educação Especial é abordada na LDB no capítulo IV, a qual é conceituada no artigo 58, como a “modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.” Esta lei também assegura atendimento especializado em classes e escolas de ensino regular ou em serviços especializados, conforme as peculiaridades dos alunos e sempre que seja necessário. (2015, p. 35)

Já o artigo 59 elenca os princípios assegurados aos educandos, conforme se demonstra a seguir:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (LDB, 2015, p. 34)

Ainda conforme prevê a lei, as instituições de ensino privada com especialidade e atuação voltadas à educação especial possuem critérios estabelecidos pelos órgãos normativos dos sistemas de ensino.

Quando o tema inclusão é abordado, não se pode deixar de mencionar a cultura dos povos indígenas, de acordo com o que está estabelecido na LDB:

Art. 78. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I – proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II – garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não índias. (2015, p. 42)

Esses programas de ensino e pesquisa serão planejados com a participação das comunidades indígenas tendo como objetivo o fortalecimento dos laços socioculturais.

Atribuindo um enfoque mais aprofundado a educação inclusiva, tem-se as “Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica”, documento elaborado pelo Ministério da Educação Secretaria da Educação Especial em 2001, que apresenta uma perspectiva de universalização da educação, onde os sistemas de ensino tem o desafio de construir condições de atender as diversidades dos alunos, pois os mesmos tem o direito de participar dos processos educativos com os demais alunos.

De acordo com estas diretrizes se entende por inclusão:

[...] a garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida. (DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA, 2001, p. 20)

Conforme o que descrevem as diretrizes e o que se tem estudado sobre a história da educação escolar, sabe-se que o aluno que era considerado “diferente”, não frequentava o mesmo ambiente escolar dos demais alunos, o que acarretava em um processo de exclusão, ou então quando participava nem sempre obtinha um atendimento especializado onde se presasse

pela aprendizagem destes alunos. Para o Ministério da Educação o grande desafio da educação atualmente é:

garantir os acessos aos conteúdos básicos que a escolarização deve proporcionar a todos os indivíduos – inclusive aqueles com necessidades educacionais especiais, particularmente alunos que apresentem altas habilidades, precocidade, superdotação; condutas típicas de síndromes/ quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos; portadores de deficiências, ou seja, alunos que apresentam significativas diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais, decorrentes de fatores genéticos, inatos ou ambientais, de caráter temporário ou permanente e que, em interação dinâmica com fatores sócio ambientais, resultam em necessidades muito diferenciadas da maioria das pessoas. (DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA, 2001, p. 21-22)

E como princípios da educação inclusiva ressalta-se, “a preservação da dignidade humana; a busca da identidade; e o exercício da cidadania”. A construção de uma identidade unida ao respeito às diferenças contribuem para a formação de uma educação para todos. (ibidem, p. 24)

Por educação especial, método que torna possível a educação inclusiva, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Decreto nº 3.298 Artigo 24, § 1º

entende-se um processo educacional definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos substituir os serviços educacionais comuns. (ibidem, p. 27-28)

A quebra de paradigmas anda lado a lado ao conceito de educação especial inclusiva, pois não consta apenas de ter a presença dos alunos com necessidades especiais em sala de aula de regular de ensino, mas sim de garantir o direito que estes alunos têm de desenvolver o ensino aprendizagem em todas as etapas da educação.

No âmbito docente, conforme as diretrizes, os professores habilitados para trabalhar na educação especial podem ser professores devidamente capacitados em perceber as necessidades dos alunos, que promovam ações pedagógicas nas mais variadas áreas do conhecimento e que participem do trabalho em equipe; ou professores com formação voltada à educação especial, que além das atividades desenvolvidas pelos professores comuns, devem prestar apoio aos mesmos e desenvolver processos, estratégias e práticas pedagógicas alternativas.

Já no processo pedagógico, segundo as diretrizes, enfatiza-se que o aluno desenvolva a aprendizagem e que a escola avalie permanentemente as interfaces que proporcionam os

processos de ensino e aprendizagem. Ressaltando que quando o ambiente escolar não possui o suporte necessário para atender a educação especial é possível solicitar apoio através de convênios e parcerias com outros órgãos governamentais e não governamentais.

No contexto das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB N° 2 Art. 3º, encontra-se a definição de educação especial, conforme destacado a seguir:

Art. 3º Por educação especial, modalidade da educação especial, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.

Paragrafo único. Os sistemas de ensino devem constituir e fazer funcionar um setor responsável pela educação especial, dotado de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem e dêem sustentação ao processo de construção da educação inclusiva. (2001, p. 69)

O ensino especial, conforme determina o Art. 4º desta resolução, é uma modalidade de ensino da Educação Básica que considera o perfil dos estudantes e assegura:

I – a dignidade humana e a observância do direito de cada aluno de realizar seus projetos de estudo, de trabalho e de inserção na vida social;

II – a busca da identidade própria de cada educando, o reconhecimento e a valorização das suas diferenças e potencialidades, bem como de suas necessidades educacionais especiais no processo de ensino e aprendizagem, bem como para a constituição e ampliação de valores, atitudes, conhecimentos e habilidades e competências;

III – o desenvolvimento para o exercício da cidadania, da capacidade da participação social, política e econômica e sua ampliação, mediante o cumprimento de seus deveres e o usufruto de seus direitos. (ibidem, 2001, p. 70)

É essencial destacar também o artigo 5º desta resolução, onde caracteriza os educandos com necessidades educacionais os alunos que apresentarem durante o processo educacional:

I – dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos:

a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica;

b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;

II – dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;

III – altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes. (ibidem, 2001, p. 70)

Como já mencionado, a educação especial tem como objetivo marcante garantir a aprendizagem dos alunos que possuem necessidades especiais, para tanto a escola enquanto um todo também precisa se reorganizar, seja em questões de estruturas físicas, processos avaliativos, projetos curriculares e pedagógicos. Pedagogicamente, conforme as diretrizes, os professores desenvolvem trabalhos em classes comuns, sala de recursos com trabalhos realizados em horário inverso ao das alunas de classe normal, itinerância com professores especializados e professores intérpretes. O atendimento especializado pode ser realizado, se necessário, fora da escola em classe hospitalar e ambiente domiciliar para alunos que estejam impossibilitados de frequentar a escola por motivos de saúde.

Outro documento de relevada importância é a Declaração de Salamanca, que recebeu este nome por ter sido elaborada na cidade de Salamanca/Espanha, na Conferência Mundial de Educação Especial em 1994 realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Banco Mundial, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP), reunindo 25 organizações internacionais e 88 governantes. Nela são enfatizados os direitos das pessoas com e sem necessidades especiais no sistema educacional, definidas ações governamentais para o melhor desempenho educacional, principalmente a educação especial inclusiva, questões organizacionais das escolas na educação inclusiva, discute-se os desafios que norteiam a escola inclusiva e são apresentadas orientações a nível nacional no âmbito da educação especial.

De acordo com a Declaração de Salamanca

O desafio que confronta a escola inclusiva é no que diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz de bem sucessivamente educar todas as crianças, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. O mérito de tais escolas não reside somente no fato de que elas sejam capazes de prover uma educação de alta qualidade a todas as crianças: o estabelecimento de tais escolas é um passo crucial no sentido de modificar atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras e de desenvolver uma sociedade inclusiva. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 4)

Conforme o que rege essa declaração, as aprendizagens devem ser adaptadas as necessidades das crianças, pois uma pedagogia centrada nas crianças beneficia a sociedade como um todo. Com esse pensamento as escolas inclusivas promovem um ambiente de igualdade de oportunidades e de construção de solidariedade.

Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 5)

Na Declaração de Salamanca encontram-se diversas orientações políticas e administrativas a nível nacional, estadual e municipal, para a regulamentação da educação inclusiva democrática. Administrativamente na escola destaca-se a importância do envolvimento da comunidade como um todo onde:

Cada escola deveria ser uma comunidade coletivamente responsável pelo sucesso ou fracasso de cada estudante. O grupo de educadores, ao invés de professores individualmente, deveria dividir a responsabilidade pela educação de crianças com necessidades especiais. Pais e voluntários deveriam ser convidados assumir participação ativa no trabalho da escola. Professores, no entanto, possuem um papel fundamental enquanto administradores do processo educacional, apoiando as crianças através do uso de recursos disponíveis, tanto dentro como fora da sala de aula. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 10)

Uma das áreas prioritárias da educação inclusiva é a educação infantil pois:

O sucesso de escolas inclusivas depende em muito da identificação precoce, avaliação e estimulação de crianças pré- escolares com necessidades educacionais especiais. Assistência infantil e programas educacionais para crianças até a idade de 6 anos deveriam ser desenvolvidos e/ou reorientados no sentido de promover o desenvolvimento físico, intelectual e social e a prontidão para a escolarização. Tais programas possuem um grande valor econômico para o indivíduo, a família e a sociedade na prevenção do agravamento de condições que inabilitam a criança. Programas neste nível deveriam reconhecer o princípio da inclusão e ser desenvolvidos de uma maneira abrangente, através da combinação de atividades pré-escolares e saúde infantil. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 12)

Nacionalmente, foi aprovada em 2017 a Lei nº 13.005 na qual entrou em vigor o Plano Nacional da Educação 2014 – 2024, que estabelece o seguinte:

Art. 2º São diretrizes do PNE:

- I – erradicação do analfabetismo;
- II – universalização do atendimento escolar;
- III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV – melhoria da qualidade da educação;
- V – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI – promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII – promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país;
- VIII – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX – valorização dos (as) profissionais da educação;
- X – promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014 – 2024, 2014, p. 43)

E para a Educação especial, conforme o Plano Nacional de Educação 2014 – 2024, o objetivo é:

universalizar, para a população de quatro a dezessete anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (2014, p.33)

Em todos os níveis de ensino observou-se uma grande preocupação com a educação inclusiva onde o foco está em torno da aprendizagem de todos os alunos, em que as ações pedagógicas se adaptem as necessidades peculiares de cada um, um processo democrático e digno.

2.2 Metodologia

A pesquisa tem como característica ser de cunho qualitativo na temática da educação inclusiva no ambiente escolar aproximando o pesquisador e o objeto de estudo através da pesquisa de campo e da descrição dos dados. E da mesma forma pode ser considerada

exploratória e descritiva na medida em que envolve pesquisas bibliográficas e conversas com pessoas relacionadas diretamente com o tema e a descrição dos fatos.

Para o desenvolvimento do trabalho a revisão bibliográfica foi de fundamental importância, pois quando o tema educação inclusiva é abordado torna-se indispensável trazer para a discussão leis, decretos, diretrizes, enfim documentos oficiais em que esta temática foi discutida, destacando: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; a Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem Jomtien, 1990; Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica; Declaração de Salamanca e o Plano Nacional de Educação 2014 – 2024. Sabe-se que a educação inclusiva vem sendo amplamente discutida nos mais diversos meios da literatura, porém para a elaboração deste trabalho optou-se pela utilização dos textos acima citados.

No que concerne à pesquisa *in loco*, foi visitada uma escola de ensino fundamental pertencente à rede municipal de ensino, localizada em uma cidade de pequeno porte no norte do estado do Rio Grande do Sul/Brasil. O objetivo da pesquisa *in loco* consistiu em analisar o espaço físico do ambiente escolar e realizar questionamentos informais para a direção da escola e para professores.

As conversas e questionamentos serão informais, pois, não se restringiu este trabalho com perguntas prontas e sim direcionadas na observação e análise dos seguintes eixos: a estrutura física da escola; o processo de desenvolvimento de aprendizagem dos alunos especiais; o atendimento especializado aos alunos; a preparação e formação dos professores, direção e funcionários para a educação especial inclusiva e o acompanhamento familiar no desenvolvimento da educação destes alunos.

De acordo com os objetivos propostos para a realização desta pesquisa, o desenvolvimento do trabalho foi organizado conforme os seguintes itens:

- Contextualização do tema educação inclusiva;
- Aprofundamento teórico com levantamento bibliográfico;
- Pesquisa *in loco* na escola de ensino fundamental;
- Aplicação dos questionários na escola;
- Interpretação, análise e transposição das informações obtidas;
- Considerações finais

Assim sendo o aporte metodológico envolverá revisão bibliográfica e pesquisa *in loco* no ambiente escolar com conversas e questionamentos informais, podendo a mesma ser ampliada conforme as necessidades encontradas no decorrer da pesquisa.

3 RESULTADOS E ANÁLISE

A busca por novos conhecimentos faz-se necessária para tornar possível uma satisfação profissional válida, principalmente na área da docência, onde um novo mundo se apresenta a cada dia em sala de aula, e a inclusão de alunos com necessidades especiais se manifesta como uma prova que a educação escolar deve primar pela quebra de paradigmas antiquados e abrir as portas para os desafios que surgem.

Pensando na educação inclusiva e como ela ocorre na prática, para a realização desta pesquisa, visitou-se e observou-se uma escola de educação básica da rede municipal de ensino onde estão matriculados aproximadamente 220 alunos na rede regular de ensino que abrange do 1º ano ao 9º ano do ensino fundamental e que possui alunos com necessidades especiais incluídos.

Por questões que envolvem a ética profissional, optou-se pela não identificação da escola, funcionários, alunos e professores com os quais foram obtidas as informações.

O processo de ensino aprendizagem dos alunos com necessidades especiais acontece concomitante ao ensino regular, onde os alunos estão inseridos nas turmas considerando as faixas etárias correspondentes.

Nesta escola estão matriculados nove alunos com necessidades especiais que, por meio de laudos médicos foram diagnosticados com: autismo, Síndrome de Down, déficit intelectual, déficit de atenção, deficiência visual e deficiência auditiva, em alguns dos casos estão associadas duas das especialidades das acima citadas, como por exemplo autismo e deficiência auditiva.

Os alunos com necessidades especiais acompanham as aulas do currículo junto aos demais alunos e nos períodos inversos a essas aulas, eles frequentam as aulas na sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Na sala de AEE, atua uma professora que possui formação em magistério, Pedagogia, especialização em Educação Interdisciplinar, formação em Libras, Braille, Autismo, Deficiência Mental, e também, fez e continua fazendo os mais diversos cursos que abordem a questão da educação especial inclusiva e as especialidades englobadas pela mesma.

No atendimento educacional especializado são desenvolvidas atividades de: psicomotricidade; lúdicas; de contos; tecnologias assistivas; quantificação; classificação; integração; laser; acessibilidade; esquema corporal; coordenação visual e motora; percepção

auditiva, corporal e do meio; desenvolvimento de habilidades sociais; movimento e expressividade e relações entre família, comunidade e escola.

Com base na observação realizada percebeu-se o empenho e dedicação da professora de AEE em priorizar o desenvolvimento do ensino/aprendizagem nos alunos com necessidades especiais utilizando-se dos mais variados métodos, técnicas e recursos educativos, em muitos dos casos construindo ela mesma ou com auxílios dos alunos materiais pedagógicos para serem utilizados em aulas. Nas imagens a seguir é possível observar alguns destes recursos.

O atendimento educacional especializado engloba estudantes de toda a rede municipal de ensino, portanto além dos nove alunos matriculados na escola de educação básica se estende para o atendimento de mais dois alunos da educação infantil e perante uma parceria existente entre o poder público municipal e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, são atendidos dezessete alunos nesta associação.

Um dos alunos matriculados na educação infantil, por motivos de saúde, não está frequentando a escola, portanto em períodos pré-estabelecidos recebe aulas com a professora de AEE em sua própria residência.

Retomando o processo de ensino aprendizagem, ressalta-se que conforme observado, cada aluno tem seu tempo e maneira de aprender, para cada um existem métodos pedagógicos variados e específicos conforme as necessidades especiais de cada um. Na sala de AEE pode-se destacar a disponibilidade dos seguintes recursos didáticos: alfabeto colorido e com imagens em forma de tapete no chão da sala, no quadro com imagens ilustrativas, em madeira com formas de desenho e em braille, todos em alto-relevo; números coloridos expostos em frente ao quadro, nos calendários, no cartaz dos aniversários; uma casa em miniatura para desenvolver aprendizado de família, socialização, conhecimento dos espaços e comportamentos adequados a cada local; caixa de areia colorida utilizada para construir os conceitos de proporção; palitos, grãos, bolinhas, formas geométricas, dados, enfim vários objetos utilizados no desenvolvimento dos conceitos matemáticos; brinquedos para as atividades lúdicas; lupas; quebra – cabeças; dominó; computadores, dentre muitos outros materiais didáticos que inclusive são construídos pela professora com materiais recicláveis. Importante ressaltar que todos os materiais possuem formas, espessuras e cores com alguma diferença para que os alunos tenham possibilidade de identificá-las e classificá-las de acordo com o que é proposto pela professora.



Imagem 1: material utilizado para desenvolver habilidades em cálculos, conhecimento de cores e formas e coordenação motora e visual.

Fonte: acervo pessoal.



Imagem 2: material utilizado para desenvolver habilidades em cálculos, conhecimento de cores e formas e coordenação motora e visual.

Fonte: acervo pessoal.



Imagem 3: material didático utilizado para desenvolver habilidades de concentração, classificação, leitura e escrita e coordenação visual e motora.

Fonte: acervo pessoal.



Imagem 4: material didático utilizado para desenvolver habilidades de concentração, classificação, imaginação, contos, psicomotricidade e coordenação visual e motora.

Fonte: acervo pessoal.



Imagem 5: Sistema alfabético braille em alto relevo.

Fonte: acervo pessoal.



Imagem 6: caderno de aluno com deficiência visual com contorno dos números em alto relevo.

Fonte: Acervo pessoal.



Imagem 7: caderno de aluno com Síndrome de Down, antes de frequentar o AEE.

Fonte: acervo pessoal.

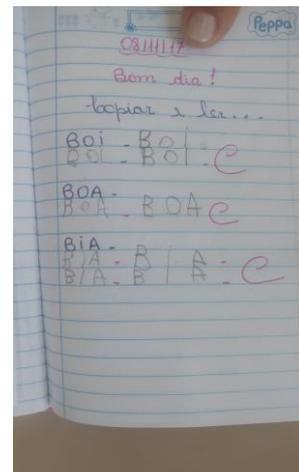


Imagem 8: caderno de aluno com Síndrome de Down, frequentando o AEE.

Fonte: acervo pessoal.

O processo avaliativo dos alunos com necessidades especiais acontece por meio de um documento elaborado pela secretaria de educação municipal, onde os professores realizam uma avaliação descritiva das habilidades e competências que os alunos desenvolveram em todas as áreas do conhecimento.

Quanto ao processo de formação dos professores existe uma grande preocupação por parte dos professores e da direção escolar, pois somente a professora que atua no AEE, possui formação específica para trabalhar com alunos com necessidades especiais, embora exista um meio comunicativo ativo entre todos os professores para troca de informações e auxílios quando surgem dificuldades, percebe-se a inexistência de uma formação continuada nesta modalidade. Ressalta-se que nesta escola somente um dos alunos tem acompanhamento de uma auxiliar em sala de aula, porém sem formação superior ou curso específico para atuar na bidocência.

Outro desafio a ser destacado é a questão familiar, em grande parte pela aceitação de um filho ou parente próximo possuir necessidades especiais e até mesmo de como se relacionar com os mesmos. Destaca-se também, em alguns casos, o pouco acompanhamento dos familiares no contexto escolar dos alunos, para os professores isto se caracteriza como a maior dificuldade encontrada no decorrer dos anos letivos.

Não somente o processo de ensino e aprendizagem fazem parte do contexto escolar dos alunos com necessidades especiais, mas também o espaço físico da escola, portanto foram observados as estruturas adaptadas que a escola proporciona a estes alunos.

O acesso ao espaço da escola é uma via com pavimentação asfáltica e com faixa de pedestre em frente ao portão da escola, a calçada em linha reta possui uma faixa em alto-relevo, mas no acesso ao portão e entrada da escola isto não está disponível. A estrutura da escola compreende dois andares, o primeiro andar possui faixas táteis; em ambos os andares todas as portas são largas, e tem a disponibilidade de banheiros adaptados; o acesso ao parquinho da escola é feito através de rampas e além da escada, um elevador liga o primeiro ao segundo andar. Conforme pode ser visualizado nas imagens a seguir:



Imagem 9: acesso ao prédio da escola.

Fonte: acervo pessoal.



Imagem 10: piso tátil no primeiro andar.

Fonte: acervo pessoal.



Imagem 11: rampa de acesso ao parquinho e estacionamento.

Fonte: acervo pessoal.

É perceptível o fato de que a escola em questão tem em sua estrutura alguns aspectos que facilitam o acesso às pessoas com necessidades especiais, no entanto muitas mudanças ainda precisam ser realizadas, como por exemplo: brinquedos adaptáveis que proporcionem a inclusão e socialização no parquinho; acesso ao ginásio esportivo, que no momento consiste em curto percurso de cascalhos e piso tátil no segundo andar.

Analisando as informações e conhecimentos adquiridos para a realização deste trabalho pode-se afirmar que por mais que existam leis, decretos e constituições que estabelecem normas, regras e leis para a educação especial inclusiva, há um longo e suntuoso percurso a ser percorrido no ambiente escolar para que sejam garantidos os direitos das pessoas com necessidades especiais. Esse percurso envolve desde a família, a comunidade escolar como um todo, a sociedade e os governantes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino/aprendizagem de pessoas com necessidades especiais desenvolvido no espaço escolar contribui para a formação de uma sociedade com menor índice de discriminação e preconceito. Respeitar e valorizar as diferenças possibilita uma cidadania democrática.

Para a realização deste trabalho buscou-se conhecer o que os mais relevantes decretos, leis, diretrizes, declarações e planos discutem e estabelecem em nível de educação especial inclusiva e observar como isto está ocorrendo na prática escolar, utilizando como modelo uma escola de educação básica, que em seu corpo discente encontram-se alunos incluídos.

Os objetivos propostos para o desenvolvimento deste trabalho, que elencavam pesquisar bibliograficamente a questão da educação especial inclusiva e conhecer como ela se aplica na prática escolar foram alcançados com êxito, no qual puderam ser obtidos os resultados explanados a seguir.

Os alunos com necessidades especiais acompanham as aulas junto aos demais alunos, e, em períodos alternados aos das aulas regulares, frequentam as aulas do Atendimento Educacional Especial. Durante as aulas regulares, como já citado, somente um dos alunos tem acompanhamento de auxiliar em sala de aula, embora a mesma não possua formação docente, no caso de educação especial sabe-se que devido ao elevado número de alunos, uma única professora não tem disponibilidade de ensinar exclusivamente os alunos com necessidades especiais, portanto a bidocência é fundamental para o desenvolvimento de um ensino e aprendizagem significativo. Já nas aulas de AEE o ensino/aprendizagem ocorre com foco exclusivo voltado às necessidades especiais e peculiares de cada aluno, onde a evolução dos aprendizados é perceptível. Vale ressaltar importância que inclusão no desenvolvimento cognitivo, motoro, afetivo e social dos alunos em âmbito geral, pois todos aprendem a conviver e respeitar as diferenças.

A inclusão é um direito e, portanto deve ser assegurada, no entanto a escola ainda tem um longo caminho a percorrer para estar plenamente apta a satisfazer as necessidades dos alunos. Os funcionários muitas vezes não sabem como resolver situações problemas que envolvem alunos com necessidades especiais, os professores não possuem formação específica ou continuada que abordem a discussão deste tema, e por parte da direção existe uma grande preocupação em proporcionar um ensino qualificado em que se prese pela equidade entre os alunos, porém a falta de profissionais qualificados para atuar nesta área está se tornando um problema eminente.

As relações familiares também tem-se apresentado como um grande desafio, da mesma maneira que existem famílias com grande envolvimento, interesse e disponibilidade em aprender sobre a vida escolar dos alunos com necessidades especiais, existem casos do pouco acompanhamento dos familiares, e até mesmo de dificuldade em aprender novas e diferentes técnicas de estímulos para praticar com os alunos.

Outro ponto a ser considerado quando a inclusão está em foco, é a questão de adaptação do espaço físico escolar às necessidades especiais de cada aluno e como constatado no espaço da escola estudada, existem algumas adaptações necessárias e importantes já realizadas, mas há muito mais a ser feito para melhorar a possibilidade de socialização.

Com base no que foi pesquisado, ao termino deste trabalho, enfatiza-se que a educação especial inclusiva ainda está em fase de adaptação nos âmbitos escolares, familiares, enfim no social em geral. Este é um tema que abre as portas para amplas e complexas discussões, portanto de relevada importância acadêmica.

Cabe aqui afirma que a educação especial inclusiva deve possibilitar que os alunos se sintam parte integrante do processo de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** 11. ed. Brasília, Câmara dos Deputados, 2015. 46 p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação na educação especial na básica.** Secretaria de Educação Especial. MEC; SEESP, 2001. 79 p.

BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE). **Plano Nacional de Educação 2014-2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.** Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Conferencia Mundial de Educação Especial. Salamanca: Espanha, 1994. 17 p.

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS. Conferência Mundial sobre Educação para Todos Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem Jomtien, Tailândia 5 a 9 de março de 1990. Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. [Jomtien] Tailândia, 1990. 19 p.